

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí – VIACREDI, (“Cooperativa”) constituída em 26/11/1951, é uma instituição financeira, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, filiada à Cooperativa Central de Crédito – Ailos, anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED, (“Cooperativa Central” ou “Central Ailos”). Tem sede na cidade de Blumenau (SC), com área de atuação no Vale do Itajaí. Seu objetivo é proporcionar crédito, serviços financeiros e educação cooperativista aos seus cooperados, sendo rigorosamente observados os princípios cooperativistas em todas as suas ações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 21 de janeiro de 2019, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, observados os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações foram:

a) Apuração do resultado: Os ingressos e os dispêndios são registrados mensalmente, de acordo com o regime de competência que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. b) Caixas e equivalentes de caixa: Caixas e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários e relações interfinanceiras – centralização financeira, classificadas como de curto prazo e alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. c) Relações Interfinanceiras - centralização financeira: A centralização financeira compreende as sobras de caixa da Cooperativa que são transferidas para Central Ailos. Estes recursos possuem liquidez imediata e remuneração mensal. d) Operações de crédito: As operações de crédito estão atualizadas pelas taxas contratadas até a data do balanço e estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional - CMN. A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por, no mínimo, cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. e) Provisão para operações de crédito: A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, obedecendo-se aos critérios estabelecidos pelo BACEN, em especial àqueles definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes): São demonstrados pelos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado e rendas a apropriar. g) Investimentos: Estão classificadas as cotas de capital junto a Central Ailos, pelo custo de aquisição, e representam 20% do patrimônio líquido da Cooperativa, sendo o saldo atualizado nos meses de janeiro e julho de cada exercício, após o encerramento do balanço semestral, conforme previsto no artigo 19 do Estatuto Social da Central Ailos. h) Imobilizado de uso: Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme apresentado a seguir: Edificações: 20 a 25 anos, Instalações: a vida útil é definida conforme prazo de locação do imóvel, Móveis e equipamentos de uso: 10 anos, Sistema de comunicação: 10 anos, Sistema de processamento de dados: 5 anos, Sistema de segurança: 10 anos. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.535/16 do CMN. i) Intangível: Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo valor de custo e contempla gastos com aquisição de softwares, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a qual varia de 5 a 10 anos e são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.534/16 do CMN. j) Segregação em circulante e não circulante: Os valores realizáveis e exigíveis, com prazos inferiores a 360 dias, estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). k) Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. l) Depósitos a prazo: Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquido dos encargos financeiros a incorrer após a data do balanço. m) Obrigações por empréstimos e repasses: As obrigações por empréstimos e repasses estão atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço. n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes): São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. o) Provisões para despesas e encargos trabalhistas: As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Carta Circular nº 2.294/92, do BACEN. p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN. As provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o



controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. q) Estimativas contábeis: As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. r) Impostos e contribuições: A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 17% para o período-base compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na elaboração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	23.761	23.734
Relações interfinanceiras centralização financeira – c/c Central AILLOS	2.194.940	1.954.554
Total	2.218.701	1.978.288

5. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão assim compostas:

Composição	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Centralização financeira - c/c Central Ailos - disponível	2.194.940	-	1.954.554	-
Centralização financeira - c/c Central Ailos - bloqueada	-	346.834	-	322.152
Total	2.194.940	346.834	1.954.554	322.152

Os recursos da centralização financeira da Cooperativa mantidos na Central Ailos, foram remunerados, na média, pela taxa de juros de 100,08% do CDI no ano de 2018. Os valores da centralização financeira bloqueados referem-se a garantias concedidas para viabilizar produtos e serviços aos cooperados.

6. Operações de crédito

A carteira de crédito está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

Composição	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento a depositantes	6.840	-	6.829	-
Empréstimos	929.717	670.576	672.911	654.253
Direitos creditórios descontados	119.981	-	120.391	-
Financiamentos	422.611	483.584	341.703	470.257
Total	1.479.149	1.154.160	1.141.834	1.124.510
Provisão para operações de crédito	(103.168)	(78.021)	(76.024)	(63.578)
Saldo líquido	1.375.981	1.076.139	1.065.810	1.060.932

b) Composição da carteira de crédito segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento:

Tipo de pessoa	Setor Econômico	31/12/18					Total	31/12/17
		Créditos vencidos		Créditos a vencer				
		Até 15 dias	Acima de 15 dias	Até 90 dias	De 91 à 360 dias	Acima de 360 dias		
Pessoa Física	Outros	3.527	21.775	278.386	652.221	780.661	1.736.570	1.542.250
	Agropecuária	18	12	330	627	697	1.684	1.333
Pessoa Jurídica	Comércio	2.182	3.873	86.128	114.107	128.995	335.285	285.968
	Indústria	1.906	2.096	62.485	71.600	97.172	235.259	178.768
	Serviços	1.489	3.307	65.344	107.736	146.635	324.511	258.025
Total		9.122	31.063	492.673	946.291	1.154.160	2.633.309	2.266.344

c) Composição da carteira de crédito por níveis de risco:

Nível de risco	Carteira % Provisão	31/12/18		31/12/17	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
A	0,5	980.283	738.005	763.160	809.313
B	1	228.566	196.748	170.714	142.042
C	3	96.063	80.845	70.855	52.470
D	10	51.889	42.039	44.533	38.930
E	30	24.095	21.436	24.082	24.315
F	50	27.540	23.593	16.811	17.483
G	70	12.672	13.287	11.291	11.165
H	100	58.041	38.207	40.388	28.792
Total		1.479.149	1.154.160	1.141.834	1.124.510

Provisão		31/12/18		31/12/17	
Nível de risco	% Provisão	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
A	0,5	(4.901)	(3.690)	(3.815)	(4.046)
B	1	(2.286)	(1.967)	(1.707)	(1.420)
C	3	(2.882)	(2.425)	(2.126)	(1.574)
D	10	(5.189)	(4.204)	(4.453)	(3.893)
E	30	(7.228)	(6.431)	(7.225)	(7.295)
F	50	(13.770)	(11.796)	(8.406)	(8.742)
G	70	(8.871)	(9.301)	(7.904)	(7.816)
H	100	(58.041)	(38.207)	(40.388)	(28.792)
Total		(103.168)	(78.021)	(76.024)	(63.578)

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito:

	31/12/18	%	31/12/17	%
10 maiores devedores	45.105	1,71%	29.570	1,30%
50 devedores seguintes	65.555	2,49%	51.368	2,27%
100 devedores seguintes	64.140	2,44%	53.831	2,38%
Demais	2.458.509	93,36%	2.131.575	94,05%
Total	2.633.309	100,00%	2.266.344	100,00%

e) Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(139.602)	(134.643)
Constituição de provisão	(117.856)	(96.655)
Baixas para prejuízo	76.269	91.696
Saldo no final do exercício	(181.189)	(139.602)

No exercício de 2018, as recuperações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, totalizaram R\$ 23.534 (no exercício de 2017, totalizaram R\$ 9.887). No exercício de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 148.570 (no exercício de 2017, totalizaram R\$ 107.674).

7. Outros créditos

Os valores classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

a) Composição:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	33.669	25.773
Avais e fianças honrados	6.847	3.165
Serviços prestados a receber	20.146	18.967
Adiantamentos e antecipações salariais	1.997	1.742
Pagamentos a ressarcir	180	126
Numerários repassados para a Central AILOS	5.455	2.717
Compensação e convênios a receber	2.837	44
Outros devedores	1.516	1.067
Provisão para outros créditos	(5.309)	(2.055)
Não circulante	112	95
Devedores por depósitos em garantia	112	95
Total	33.781	25.868

A provisão para outros créditos é composta por valores que se destinam a amparar eventuais perdas com outros devedores e perdas com liquidação duvidosa com avais e fianças honrados.

b) Movimentação da provisão para outros créditos:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(2.055)	(81)
Constituição de provisão de outros devedores	13	(13)
Constituição de provisão de avais e fianças honrados	(6.711)	(1.970)
Baixas para prejuízo de avais e fianças honrados	3.444	9
Saldo no final do exercício	(5.309)	(2.055)

8. Outros valores e bens

Os valores classificados no grupo de outros valores e bens estão assim compostos:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Materiais em estoque - uso e consumo	55	105
Despesas antecipadas	466	410
Bens não de uso próprio - imóveis	36.872	30.068
Bens não de uso próprio - veículos e afins	124	174
Bens não de uso próprio - bens em regime especial	637	327
Total	38.154	31.084

9. Permanente

a) Investimentos:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Participação no capital da Central Ailos	244.088	199.527
Outras ações	1	1
Marcas e patentes	21	21
Total	244.110	199.549

A participação no capital da Central Ailos é representada por cotas partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo as seguintes informações adicionais:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor do investimento	244.088	199.527
Percentual de participação	79,20%	79,79%
Capital social da Central Ailos	308.201	250.068
Patrimônio líquido da Central Ailos	308.201	250.068
Sobras líquidas do exercício da Central Ailos	-	-

b) Imobilizado de uso e intangível

Composição	Saldo 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transfêrências	Depreciação / Amortização	Saldo 31/12/2018
Imobilizado de uso	18.913	11.605	(880)	-	(4.781)	24.857
Móveis e equipamentos para utilização futura	2.258	3.870	(184)	(3.170)	-	2.774
Imobilizações em curso - benfeitorias em propriedade de terceiros	715	3.124	-	(2.782)	-	1.057
Terrenos	321	945	-	-	-	1.266
Edificações	235	1.054	-	-	(49)	1.240
Instalações	10	-	-	-	(1)	9
Benfeitorias / instalações em propriedade de terceiros	2.935	62	-	2.783	(1.298)	4.482
Móveis e equip. de uso	4.387	1.784	(482)	82	(811)	4.960
Sistema de comunicação	408	37	(6)	-	(74)	365
Sistema de proces. de dados	6.179	332	(116)	3.087	(2.269)	7.213
Sistema de segurança	1.465	397	(92)	-	(279)	1.491
Intangível - software de uso	329	6	(2)	-	(109)	224
Total	19.242	11.611	(882)	-	(4.890)	25.081

Composição	Saldo 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transfêrências	Depreciação / Amortização	Saldo 31/12/2017
Imobilizado de uso	15.994	7.728	(544)	(8)	(4.257)	18.913
Móveis e equipamentos para utilização futura	1.398	3.851	-	(2.991)	-	2.258
Imobilizações em curso - benfeitorias em propriedade de terceiros	340	1.637	(427)	(835)	-	715
Terrenos	100	221	-	-	-	321
Edificações	253	-	-	-	(18)	235
Instalações	13	-	-	(2)	(1)	10
Benfeitorias / instalações em propriedade de terceiros	2.730	484	-	835	(1.114)	2.935
Móveis e equip. de uso	4.161	962	(48)	81	(769)	4.387
Sistema de comunicação	456	43	-	(19)	(72)	408
Sistema de proces. de dados	5.147	197	(69)	2.922	(2.018)	6.179
Sistema de segurança	1.396	333	-	1	(265)	1.465
Intangível - software de uso	253	174	(2)	8	(104)	329
Total	16.247	7.902	(546)	-	(4.361)	19.242

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não identificou a necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

10. Depósitos

Este grupo é composto por depósitos dos cooperados na modalidade de depósitos à vista, sob aviso, a prazo e por depósitos de outras instituições financeiras parceiras, na modalidade de Depósitos Interfinanceiros de Microfinanças - DIM, destinado para repasses aos cooperados na forma de Microcrédito. Os depósitos a prazo e sob aviso, em função de sua liquidez imediata sem ônus, foram classificados como circulante. Abaixo, o total dos depósitos por faixa de vencimento e por tipo de depósito:

Faixa de vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Sem vencimento	654.697	519.059
Até 3 meses	40.280	68.170
De 3 a 12 meses	15.627	127.974
Acima de 12 meses	2.975.186	2.559.618
Total	3.685.790	3.274.821

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	3.602.307	3.274.821
Depósitos à vista	654.697	519.059
Depósitos interfinanceiros	-	128.239
Depósitos sob aviso	31.423	32.119
Depósitos a prazo	2.916.187	2.595.404
Não circulante	83.483	-
Depósitos interfinanceiros	83.483	-
Total	3.685.790	3.274.821

11. Relações Interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão apresentadas a seguir:

a) Composição:

Instituição	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Central Ailos / BNDES - Finame	310	1.352	70	1.976
Central Ailos / BNDES - Microcrédito	-	125.082	-	105.374
Central Ailos / CEF - Microcrédito	1.630	1.419	1.654	2.729
BRDE - Microcrédito	4.279	88.445	-	92.415
Total	6.219	216.298	1.724	202.494

b) Segregação por vencimentos: Os valores a vencer classificados no passivo não circulante seguirão o seguinte cronograma:

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Saldo	25.877	41.624	65.191	53.157	22.897	6.902	608	42	216.298

12. Relações interdependências

Compreendem os valores a serem repassados referentes aos serviços de correspondente bancário e demais convênios com instituições financeiras.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados no quadro abaixo:

Instituição	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - Microcrédito	-	-	716	-
Central Ailos - REFAP Investimento	1.090	1.711	1.079	1.624
Total	1.090	1.711	1.795	1.624



14. Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no passivo do grupo de outras obrigações, estão assim compostas:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	140.291	127.944
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	23.995	18.949
Associados excluídos com capital a pagar	3.591	3.565
Juros ao capital a pagar	49.809	64.204
Impostos e contribuições a recolher	4.880	5.389
Cheque administrativo	5.479	5.059
Despesas com pessoal	15.637	14.266
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 26)	3.343	1.491
Float sobre boletos de cobrança	313	355
Centralização financeira bancos parceiros	50	40
Fornecedores	1.823	1.836
Valores a pagar para a Central Ailos	10.586	8.348
Valores cartão Ailos de cooperados a repassar	14.751	686
Credores diversos	6.034	3.756
Não circulante	30.707	25.094
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 15)	30.707	25.094
Total	170.998	153.038

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cooperativa é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e de riscos tributários para os quais é provável que uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados nos quadros a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de Perda	31/12/2018	31/12/2017
Cível	Provável	1.453	942
Trabalhista	Provável	217	242
Tributária	Provável	29.037	23.910
Total		30.707	25.094

Movimentação	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	25.094	24.428
Baixa por pagamento	(135)	(244)
Reversão de provisão	(3.085)	(7.966)
Constituição de provisão	8.833	8.876
Saldo no final do exercício	30.707	25.094

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 112 (em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 95), registrados no seu ativo, conforme mencionado na Nota 7 "Outros Créditos", os quais estão relacionados a estes processos. Em 31 de dezembro de 2018, as ações judiciais diagnosticadas como possível perda totalizaram R\$ 6.656 (em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 5.299). A provisão para risco de natureza tributária é realizada sobre algumas receitas provenientes de serviços ou negócios realizados entre a Cooperativa e seus cooperados em que não há pacificação jurisprudencial relativo ao ato cooperativo.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário, equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes, e está assim composto:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	780.424	671.131
Distribuição de sobras para os cooperados	-	-
Integralizações de cotas	130.756	110.672
Crédito juros ao capital	63.937	61.157
Baixa de capital	(73.971)	(62.536)
Saldo no final do exercício	901.146	780.424

b) Reserva de sobras: As reservas de sobras são compostas pela reserva legal e reserva especial. A reserva legal é constituída à razão de 40% das sobras apuradas no final do exercício e são destinadas a reparar perdas e atender ao desenvolvimento da Cooperativa. A reserva especial de sobras (Fundo de Amortização de Devedores de Empréstimos) é constituída por destinação anual de parcela da sobra líquida à disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO e é destinada à cobertura de débitos junto a Cooperativa, no montante de até R\$ 30 mil, de cooperados que venham a falecer, excluídos desta cobertura os casos de morte por suicídio. Para os débitos de cooperados com saldo devedor acima de R\$ 30 mil é contratado seguro prestamista. As reservas de sobras estão assim compostas:

Movimentação - reserva legal	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	197.840	111.897
Destinações	75.818	85.943
Saldo no final do exercício	273.658	197.840

Movimentação - reserva especial	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	4.904	2.996
Destinações	5.597	4.855
Utilização de reservas	(3.660)	(2.947)
Saldo no final do exercício	6.841	4.904
Total reserva de sobras	280.499	202.744

c) Juros ao capital: O montante de juros ao capital representa os juros remuneratórios sobre o saldo médio do capital integralizado pelos cooperados no exercício findo. A Cooperativa, observando o limite da taxa SELIC, remunerou o capital pela taxa anual de 5,7%, totalizando o montante de R\$ 49.809, conforme definição na ata 12/2018 do Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2018.

Cálculo	Valor
Saldo médio de capital:	873.837
% de juros ao capital (máximo SELIC):	5,70%
Juros ao capital creditado aos cooperados:	49.809
IRRF sobre os juros ao capital:	(108)
Saldo líquido de juros ao capital	49.701

d) Sobras acumuladas: As sobras distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da AGO, estão assim compostas:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	84.194	65.058
Destinações das sobras	(84.194)	(65.058)
Resultado do período	239.354	232.592
Juros sobre o capital próprio	(49.809)	(64.204)
Destinações para reserva legal	(75.818)	(67.355)
Destinação para FATES	(18.954)	(16.839)
Saldo à disposição da AGO	94.773	84.194

17. Partes relacionadas

a) Instituições relacionadas: A Cooperativa possui operações com a Central Ailos conforme apresentação abaixo:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Relações interfinanceiras – centralização financeira (Nota 5)	2.541.774	2.276.706
Serviços Compe/Central Ailos	13.542	13.562
Investimentos (Nota 9)	244.088	199.527
Passivo		
Relações interfinanceiras (Nota 11)	129.793	111.803
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	2.801	2.703
Outras obrigações (Nota 14)	10.586	8.348
Receitas		
Resultado dos títulos e valores mobiliários e centralização financeira (Nota 18)	159.054	203.551
Despesas		
Despesas de repasses interfinanceiros	(8.611)	(7.369)
Despesas de obrigações por empréstimos	(169)	(279)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(77.368)	(59.887)

b) Pessoas-chave da administração: As Pessoas-Chave da Administração da Cooperativa abrangem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, os quais têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Instituição. As transações com as Pessoas-Chave da Administração, divulgadas abaixo, referem-se aos saldos de depósitos (à vista e a prazo) e às operações de crédito mantidas por elas na Cooperativa, as quais foram realizadas dentro do contexto normal de suas atividades, observando as mesmas condições estabelecidas para os demais cooperados. Ainda em cumprimento do pronunciamento técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, bem como da Política de Governança do Sistema Ailos, também estão divulgados abaixo os valores referentes aos honorários, à cédula de presença e às gratificações realizadas concedidas às Pessoas-Chave da Administração da Cooperativa na competência do exercício findo.

Natureza	31/12/2018			31/12/2017		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Número de membros	7	6	3	7	6	3
Honorários, cédula de presença e gratificações	461	73	1.577	323	68	1.536
Operações de crédito	531	49	580	298	-	396
Depósitos	3.144	1.117	2.084	2.823	1.321	1.313

18. Receitas da intermediação financeira

Composição	2018	2018	2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Operações de crédito	316.127	620.380	563.988
Rendas de operações de crédito	301.534	594.137	553.882
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	12.771	23.534	9.887
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	1.822	2.709	219
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e centralização financeira	81.362	159.054	203.551
Ingressos de depósitos intercooperativos	81.362	159.054	104.193
Rendas de títulos e valores mobiliários	-	-	99.358
Total	397.489	779.434	767.539

19. Despesas da intermediação financeira

Composição	2018	2018	2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Operações de captação no mercado	(90.863)	(179.362)	(234.635)
Despesas de captação	(90.863)	(179.362)	(234.635)
Operações de empréstimos e repasses	(8.803)	(17.193)	(16.807)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.110)	(125.908)	(99.501)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.110)	(125.908)	(99.501)
Total	(184.776)	(322.463)	(350.943)

20. Receita de prestação de serviços

Composição	2018	2018	2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de cobrança	7.196	13.801	9.647
Rendas de serviços prioritários	11.093	21.217	16.151
Rendas de serviços diferenciados	509	825	806
Rendas de tarifas bancárias	6.329	12.113	9.477
Rendas de seguros	1.846	3.490	2.999
Rendas de consórcios	1.389	2.686	2.598
Rendas de cartões	15.110	28.259	21.662
Rendas de tarifas de arrecadações de convênios Ailos	1.568	3.030	2.519
Rendas de tarifas interbancário	2.419	4.686	5.092
Rendas de tarifas diretas	3.233	6.028	4.565
Rendas de outros serviços	2.454	4.813	5.455
Total	53.146	100.948	80.971

Rendas de serviços prioritários são compostas por tarifas de cobrança de serviços prestados a pessoas físicas, tais como confecção de cadastro, conta de depósito (cartão, cheque, saque, depósito e consulta), transferência de recursos (DOC e TED) e operações de crédito, conforme Resolução nº 3.919/10 do CMN. Rendas de tarifas bancárias são compostas por tarifas de cobrança de serviços prestados a pessoas jurídicas, prevista em contrato ou o serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cooperado, conforme Resolução nº 3.919/10 do CMN.

21. Outras receitas operacionais

Composição	2018	2018	2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamentos	-	-	486
Recuperação de encargos e despesas	972	1.710	1.233
Recuperação de despesas REFAP do Sistema Ailos	107	120	246
Reversão de provisões operacionais	2.300	2.449	7.629
Variação monetária ativa - depósitos judiciais	-	-	79
Receitas intermediação repasses de recursos	-	-	33
Outras rendas operacionais	86	233	294
Total	3.465	4.512	10.000

22. Despesas de pessoal

Composição	2018	2018	2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de honorários	(823)	(1.577)	(1.458)
Benefícios	(13.371)	(25.473)	(22.790)
Encargos sociais	(11.902)	(22.162)	(19.736)
Proventos	(30.917)	(58.672)	(53.300)
Treinamentos	(2.836)	(4.952)	(3.311)
Remuneração de estagiários	(28)	(70)	(175)
PPR - Programa de Participação nos Resultados	(6.795)	(12.228)	(10.263)
Contribuição ao PIS/PASEP	(305)	(578)	(521)
Total	(66.977)	(125.712)	(111.554)

23. Outras despesas administrativas

Composição	2018	2018	2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de água, energia e gás	(1.008)	(2.200)	(2.148)
Despesas de aluguéis	(4.105)	(8.084)	(7.279)
Despesas de comunicações	(2.465)	(4.670)	(5.240)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.549)	(5.119)	(4.539)
Despesas de material	(1.110)	(2.074)	(1.609)
Despesas de processamento de dados	(18.904)	(33.647)	(26.325)
Despesas de promoções e relações públicas	(460)	(2.699)	(2.452)
Despesas de propaganda e publicidade	(599)	(875)	(860)
Despesas de seguros	(58)	(116)	(126)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(1.636)	(2.829)	(3.747)
Despesas de serviços de terceiros	(7.612)	(16.725)	(14.032)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(3.550)	(7.034)	(6.827)
Despesas de serviço técnico especializado	(3.312)	(5.679)	(4.350)
Despesas de tributárias	(3.479)	(8.001)	(8.434)
Despesas de viagem no país	(623)	(1.075)	(911)
Despesas administrativas Central Ailos	(25.331)	(45.009)	(32.978)
Outras despesas administrativas	(2.911)	(5.478)	(4.353)
Despesas de amortização	(53)	(109)	(104)
Despesas de depreciação	(2.508)	(4.781)	(4.257)
Total	(82.273)	(156.204)	(130.571)

24. Outras despesas operacionais

Composição	2018	2018	2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com operações de crédito concedidas	(451)	(952)	(1.394)
Despesas com REFAP do Sistema Ailos	(761)	(1.475)	(1.509)
Despesas com cartão Ailos	(10.132)	(19.100)	(14.495)
Despesas com processamento compe	(2.576)	(4.874)	(4.532)
Variação monetária de provisão de risco tributário	-	-	(79)
Despesas com serviços de proteção ao crédito	(3.510)	(6.287)	(4.901)
Despesas com seguro prestamista	(434)	(846)	(908)
Despesas com registro de gravames	(711)	(1.251)	(1.099)
Despesas de provisões passivas	(2.020)	(2.699)	(1.418)
Outras despesas operacionais	(1.421)	(2.317)	(1.458)
Total	(22.016)	(39.801)	(31.793)

Despesas de provisões passivas são compostas por provisões constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e para garantias financeiras prestadas.

25. Seguros

A Cooperativa mantém contratos de seguro patrimonial, seguro prestamista, seguro de responsabilidade civil, bem como participa da Reserva de Risco de Valores do Sistema Ailos (RRV e RRVTA Ailos) e também da Reserva para Riscos de Fraudes Eletrônicas do Sistema Ailos (RRF Ailos), os quais são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros com perdas de valores da Cooperativa, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações de acordo com a Resolução nº 4.512/16 do CMN estão assim compostas:

a) Registro:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Outras fianças bancárias	3.709	3.769
Finame BRDE	2.093	1.660
Cartão BNDES BRDE	1.616	2.109
Outras garantias financeiras prestadas	745.438	492.513
Cartão Bancoob	741.583	491.640
Cartão Banco do Brasil	3.855	873
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	749.147	496.282

b) Provisão:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Outras fianças bancárias	53	20
Finame BRDE	42	12
Cartão BNDES BRDE	11	8
Outras garantias financeiras prestadas	3.290	1.471
Cartão Bancoob	3.278	1.468
Cartão Banco do Brasil	12	3
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.343	1.491

27. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCOOP

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop, desde março de 2014. O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I a Resolução CMN nº 4.284/13, e tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

28. Reserva de Fomento para Projetos Estratégicos do Sistema Ailos – REFAP

A Cooperativa é parte integrante da REFAP Ailos – Reserva de Fomento para Projetos Estratégicos do Sistema Ailos. A sua formação advém de contribuições mensais e extraordinárias das cooperativas filiadas à Central Ailos e tem por objetivo a constituição e manutenção de uma reserva financeira, com a finalidade de viabilizar a constituição ou filiação de nova cooperativa, a expansão de cooperativas filiadas, a abertura de novos Postos de Atendimento ou ainda levar a termo outros projetos estratégicos de interesse do Sistema Ailos e, em caráter excepcional, viabilizar a recuperação de cooperativa filiada. A Cooperativa utilizou o valor total de R\$ 121 (R\$ 246 em 2017) da REFAP para abertura de novos Postos de Atendimento, sendo registrado como receita operacional, no grupo “Outras receitas operacionais” (Nota 21).

29. Gerenciamento de Risco

O Sistema Ailos considera o gerenciamento de riscos estratégico e fundamental para a condução das atividades e negócios. A Cooperativa conta com uma estrutura de gestão de riscos adequada ao seu tamanho e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, em consonância com as Resoluções CMN nº 4.606/17, 4.557/17 e 4.595/17. Entre os principais riscos inerentes ao negócio da Cooperativa destacam-se: Risco operacional - O gerenciamento do risco operacional envolve um fluxo contínuo, visando identificar, avaliar, controlar, monitorar e reportar os riscos associados ao Sistema Ailos, com a finalidade de salvaguardar o Sistema Ailos e seus cooperados, otimizando a relação risco versus retorno. Risco de mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária - O gerenciamento do risco de mercado avalia a volatilidade nos valores de mercado dos instrumentos financeiros aplicados na centralização financeira, objetivando a otimização da relação entre risco e retorno valendo-se de estrutura com limites, modelos e ferramentas de gestão de acordo com as políticas estabelecidas pelo Sistema Ailos. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez avalia a capacidade em honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar as operações diárias. Risco de crédito - O gerenciamento do risco de crédito monitora a qualidade da carteira de crédito do Sistema Ailos, de acordo com as políticas e limites estabelecidos, em aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Para o cumprimento das ações relacionadas ao gerenciamento de risco de crédito, são observados os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, tais como concentração, garantias e prazos, visando assegurar a qualidade da carteira. Risco socioambiental - O gerenciamento do risco socioambiental avalia o risco decorrente de danos ambientais causados pela Cooperativa no desenvolvimento de suas atividades, ou por ações de tomadores de crédito, fornecedores e/ou seus prestadores de serviços, com práticas que prezem pelo equilíbrio nas dimensões econômica, social e ambientalmente. Gerenciamento de capital - O gerenciamento de capital do Sistema Ailos tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para manter a estrutura de gerenciamento capital compatível com a dimensão e exposição a riscos do Sistema Ailos, assim como manter níveis adequados dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal da Central Ailos e das Cooperativas Filiadas. Risco de conformidade - O gerenciamento do risco de conformidade, ocorre de forma integrada com os demais riscos, visando identificar, mensurar e monitorar eventuais não conformidades, em aderência às determinações legais, regulamentares, normativas e procedimentais, tanto externas quanto internas, além de disseminar a cultura e a prática de conformidade. Informações adicionais - O relatório completo com a estrutura de gerenciamento de riscos do Sistema Ailos está disponível no site da Cooperativa Central, no caminho “Conheça-nos / Central Ailos / Transparência / Gerenciamento de Riscos” e no site da Cooperativa Filiada, no caminho “Sua Cooperativa / Governança Cooperativa / Gerenciamento de Riscos”.

30. Prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

Em consonância com a legislação vigente, o Sistema Ailos estabelece critérios de análise e sistemas automatizados que indicam a suspeita de lavagem de dinheiro e também busca alinhar-se continuamente às melhores práticas para a prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos nos sistemas de controle de operações e contínua capacitação de seus colaboradores.

Moacir Krambeck
Presidente do Conselho de Administração

Vanildo Leoni
Diretor Executivo

Adelino Sasse
Diretor Administrativo

Marcelo Cestari
Diretor de Operações

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO - AILOS

Marcos Roberto Linhares Imme
Contador Responsável

CRC SC: 025638/O-8
CPF: 028.326.629-51

